



Fevereiro/2012



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Concurso Público para provimento de cargo de
Perito Médico Previdenciário

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

000000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



Fundação Carlos Chagas

www.pciconcursos.com.br

www.pciconcursos.com.br

**CONHECIMENTOS GERAIS**

Atenção: As questões de números 1 a 8 baseiam-se no texto seguinte.

Em fins do ano passado foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça do Senado a denominada Emenda Constitucional da Felicidade, que introduz no artigo 6º da Constituição Federal, relativo aos direitos sociais, frase com a menção de que são essenciais à busca da felicidade.

Pondera-se também que a busca individual pela felicidade pressupõe a observância da felicidade coletiva. Há felicidade coletiva quando são adequadamente observados os itens que tornam mais feliz a sociedade. E a sociedade será mais feliz se todos tiverem acesso aos básicos serviços públicos de saúde, educação, previdência social, cultura, lazer, entre outros, ou seja, justamente os direitos sociais essenciais para que se propicie aos indivíduos a busca da felicidade.

Pensa-se possível obter a felicidade a golpes de lei, em quase ingênuo entusiasmo, ao imaginar que, por dizer a Constituição serem os direitos sociais essenciais à busca da felicidade, se vai, então, forçar os entes públicos a garantir condições mínimas de vida para, ao mesmo tempo, humanizar a Constituição.

A menção à felicidade era própria da concepção de mundo do Iluminismo, quando a deusa razão assomava ao Pantheon e a consagração dos direitos de liberdade e de igualdade dos homens levava à crença na contínua evolução da sociedade para a conquista da felicidade plena sobre a Terra. Trazer para os dias atuais, depois de todos os percalços que a História produziu para os direitos humanos, a busca da felicidade como fim do Estado de Direito é um anacronismo patente, sendo inaceitável hoje a inclusão de convicções apenas compreensíveis no irrepetível contexto ideológico do Iluminismo.

Confunde-se nessas proposições bem-intencionadas, politicamente corretas, o bem-estar social com a felicidade. A educação, a segurança, a saúde, o lazer, a moradia e outros mais são considerados direitos fundamentais de cunho social pela Constituição exatamente por serem essenciais ao bem-estar da população no seu todo. A satisfação desses direitos constitui prestação obrigatória do Estado, visando dar à sociedade bem-estar, sendo desnecessária, portanto, a menção de que são meios essenciais à busca da felicidade para se gerar a pretensão legítima ao seu atendimento.

O povo pode ter intensa alegria, por exemplo, ao se ganhar a Copa do Mundo de Futebol, mas não há felicidade coletiva, e sim bem-estar coletivo. A felicidade é um sentimento individual tão efêmero como variável, a depender dos valores de cada pessoa. Em nossa época consumista, a felicidade pode ser vista como a satisfação dos desejos, muitos ditados pela moda ou pelas celebridades. Ter orgulho, ter sucesso profissional podem trazer felicidade, passível de ser desfeita por um desastre, por uma doença.

Assim, os direitos sociais são condições para o bem-estar, mas nada têm a ver com a busca da felicidade. Sua realização pode impedir de ser infeliz, mas não constitui, de forma alguma, dado essencial para ser feliz.

(Miguel Reale Júnior. **O Estado de S. Paulo**, A2, Espaço Aberto, 5 de fevereiro de 2011, com adaptações)

1. Afirma-se corretamente que o autor
 - (A) está convencido de que uma sociedade só poderá ser plenamente feliz se lhe for permitida a realização de todas as suas expectativas, principalmente quanto aos seus direitos básicos.
 - (B) critica, tomando por base as obrigações do Estado de Direito e os conceitos de felicidade e de bem-estar coletivo, a proposta de Emenda Constitucional por considerá-la inócua e defasada.
 - (C) defende a concessão, pelo Estado, de garantias constitucionais para que a sociedade tenha qualidade de vida, imprescindível à sensação de bem-estar coletivo, que se torna o caminho para a felicidade geral.
 - (D) censura a tardia preocupação do Senado brasileiro em oferecer condições mínimas de qualidade de vida à população, com a oferta dos direitos básicos que venham a garantir a felicidade geral.
 - (E) faz referência à necessária conscientização de que o bem-estar da população é um bem indiscutível, especialmente quanto à liberdade e à igualdade, a partir dos princípios que embasaram o Iluminismo.
2. Em relação ao desenvolvimento textual, está INCORRETO o que consta em:
 - (A) Os dois primeiros parágrafos introduzem o assunto que será analisado a seguir.
 - (B) Há passagens no texto que evidenciam o posicionamento do autor sobre o assunto em pauta.
 - (C) No 4º parágrafo identifica-se a argumentação de que se vale o autor para embasar a opinião que será defendida no parágrafo seguinte.
 - (D) O exemplo tomado à Copa do Mundo, no 6º parágrafo, compromete o encadeamento das ideias defendidas no texto.
 - (E) O último parágrafo constitui uma conclusão coerente de toda a discussão apresentada.
3. Identifica-se uma consequência e sua causa, respectivamente, em:
 - (A) *Há felicidade coletiva // quando são adequadamente observados os itens que tornam mais feliz a sociedade.* (2º parágrafo)
 - (B) *E a sociedade será mais feliz // se todos tiverem acesso aos básicos serviços públicos de saúde...* (2º parágrafo)
 - (C) *A educação, a segurança, a saúde, o lazer, a moradia e outros mais são considerados direitos fundamentais de cunho social pela Constituição // exatamente por serem essenciais ao bem-estar da população no seu todo.* (5º parágrafo)
 - (D) *... por dizer a Constituição serem os direitos sociais essenciais à busca da felicidade, // se vai, então, forçar os entes públicos a garantir condições mínimas de vida ...* (3º parágrafo)
 - (E) *O povo pode ter intensa alegria, por exemplo, ao se ganhar a Copa do Mundo de Futebol, // mas não há felicidade coletiva, e sim bem-estar coletivo.* (6º parágrafo)



4. ... frase com a menção de que são essenciais à busca da felicidade.

A relação de regência exemplificada acima NÃO ocorre APENAS em:

- (A) a observância da felicidade coletiva.
- (B) acesso aos básicos serviços públicos.
- (C) crença na contínua evolução da sociedade.
- (D) a pretensão legítima ao seu atendimento.
- (E) dos valores de cada pessoa.

5. a menção de que são meios essenciais à busca da felicidade ...

O segmento grifado acima preenche corretamente a lacuna da frase:

- (A) Os anseios da população, se referiam seus representantes, seriam atendidos por meio das medidas que estavam sendo tomadas naquele momento.
- (B) Eram escassos os argumentos dispunham os defensores da proposta apresentada para chegar à sua aprovação pela maioria.
- (C) Os meios contavam aqueles que se dispuseram a defender novas ideias nem sempre lhes permitiram superar o conservadorismo da época.
- (D) A vitória naquele torneio, traria sentimentos de bem-estar aos torcedores, transformou-se em objetivo prioritário para os dirigentes.
- (E) Seria necessário garantir a qualidade na prestação dos serviços públicos toda a população se sentisse feliz.

6. O verbo que, feitas as alterações propostas entre parênteses para o segmento grifado, deverá permanecer **no singular** está em:

- (A) ... para que se propicie aos indivíduos a busca da felicidade. (os direitos básicos)
- (B) ... que a História produziu para os direitos humanos ... (os fatos da História)
- (C) E a sociedade será mais feliz... (os membros da sociedade)
- (D) O povo pode ter intensa alegria ... (Todos os indivíduos)
- (E) ... mas não há felicidade coletiva... (sentimentos permanentes de felicidade coletiva)

7. ... levava à crença na contínua evolução da sociedade ...

O emprego do sinal de crase, exemplificado acima, estará correto, unicamente, em

- (A) aludir à felicidade geral.
- (B) buscar à felicidade.
- (C) propor à toda a população.
- (D) impor à esse grupo.
- (E) discutir à obrigatoriedade da lei.

8. O segmento do texto, transcrito com outras palavras, tem o sentido original respeitado em:

- (A) depois de todos os percalços que a História produziu para os direitos humanos = a partir das inúmeras conquistas históricas a respeito dos direitos da humanidade
- (B) quando a deusa razão assomava ao Pantheon = quando a racionalidade era ainda bastante idealizada
- (C) na contínua evolução da sociedade para a conquista da felicidade plena = no avanço intermitente da comunidade para o conagraçamento geral
- (D) era própria da concepção de mundo do Iluminismo = fazia parte intrínseca dos valores pregados pelo Iluminismo
- (E) de convicções apenas compreensíveis no irrepetível contexto ideológico do Iluminismo = ideias que eram postas em prática unicamente pelos iluministas

Atenção: As questões de números 9 a 14 baseiam-se no texto seguinte.

"Proporcionar a quantidade de calorias é algo factível", diz Joachim von Braun, da Universidade de Bonn. "A grande questão é a nutrição." Nos últimos 30 ou 40 anos, as dietas melhoraram. Hoje, existe proporcionalmente um número menor de pessoas desnutridas no mundo do que antes (embora o número absoluto seja alto e continue crescendo). Um número menor de pessoas deixa de crescer até a altura e o peso adequados por causa de uma dieta fraca durante a infância.

Mas, embora a maioria das pessoas consuma calorias suficientes, elas ainda sofrem de imensas deficiências de nutrientes, que trazem consequências de longo prazo para a sociedade. As crianças que sofrem de tais deficiências não conseguem se concentrar e têm pontuação mais baixa nos testes de habilidade cognitiva. E parece existir uma ligação entre nutrição na infância e renda na idade adulta.

Em comparação, a epidemia de obesidade nos países ricos representa exatamente o problema oposto. Pela primeira vez na história, mais calorias não significam saúde melhor. Um grande grupo de pessoas nos países ricos também sofre de deficiência nutricional: os mais velhos. Com o avançar da idade, eles precisam de mais cálcio e vitaminas e muitos não obtêm esses nutrientes.

A deficiência de nutrientes não é algo fácil de corrigir. Nos países pobres, os suplementos vitamínicos – um recurso comum – alcançam menos da metade daqueles que mais precisam deles, a população rural pobre.

(Trecho da Reportagem especial de como alimentar o mundo, The Economist. In: **CartaCapital**, 23 de março de 2011, p. 55, trad. Ed Sêda)



<p>9. O texto aponta para a relação existente entre</p> <p>(A) deficiência de nutrientes na infância e problemas de ordem econômica e social, não somente de saúde pública, para os países.</p> <p>(B) aumento da quantidade de calorias nos alimentos e ampliação da oferta de nutrientes para as crianças que consomem esses alimentos.</p> <p>(C) oferta de suplementos vitamínicos para a população e diminuição da desnutrição infantil nos países mais pobres.</p> <p>(D) número de pessoas desnutridas em países pobres e aumento da obesidade nos países mais ricos.</p> <p>(E) consumo de calorias pela maior parte da população mundial e aumento da capacidade cognitiva.</p>	<p>13. <u>Com o avançar da idade, eles precisam de mais cálcio e vitaminas...</u></p> <p>Iniciando o período por Eles precisam de mais cálcio e vitaminas, o segmento grifado poderá passar corretamente a:</p> <p>(A) à medida que a idade vai avançando.</p> <p>(B) conquanto a idade avance.</p> <p>(C) se a idade for avançando.</p> <p>(D) ainda que a idade vá avançando.</p> <p>(E) em comparação à idade que avança.</p>
<p>10. ... <u>que trazem consequências de longo prazo para a sociedade.</u> (2º parágrafo)</p> <p>É correto depreender da afirmativa acima que</p> <p>(A) os encargos decorrentes da oferta de nutrientes à população mais pobre oneram o poder público, comprometendo o desenvolvimento social.</p> <p>(B) a sociedade deixa de ser beneficiada por um rendimento intelectual e econômico mais significativo de sua população.</p> <p>(C) os nutrientes nem sempre se destinam ao segmento mais necessitado da população, fato que leva a potenciais riscos de desperdício dos recursos públicos.</p> <p>(D) a melhoria da qualidade da dieta da população pode, eventualmente, reverter em problemas de saúde pública, como ocorre atualmente com a obesidade.</p> <p>(E) o equilíbrio entre a oferta de nutrientes à população e o risco trazido pelo excesso de calorias nos alimentos dificilmente será atingido.</p>	<p>14. Considere as afirmativas seguintes a respeito dos sinais de pontuação empregados no texto:</p> <p>I. "A grande questão é a nutrição." (1º parágrafo)</p> <p>O emprego das aspas justifica-se por isolarem a ideia central do texto.</p> <p>II. (embora o número absoluto seja alto e continue crescendo) (1º parágrafo)</p> <p>Os parênteses isolam um segmento de sentido restritivo ao que foi afirmado anteriormente.</p> <p>III. Um grande grupo de pessoas nos países ricos também sofre de deficiência nutricional: os mais velhos. (3º parágrafo)</p> <p>O emprego dos dois-pontos introduz um segmento especificativo no contexto.</p> <p>IV. – um recurso comum – (último parágrafo)</p> <p>Os travessões podem ser substituídos por vírgulas, sem prejuízo da correção e da estrutura da frase.</p> <p>Está correto o que consta em</p> <p>(A) I, II e III, apenas.</p> <p>(B) I, II e IV, apenas.</p> <p>(C) I, III e IV, apenas.</p> <p>(D) II, III e IV, apenas.</p> <p>(E) I, II, III e IV.</p>
<p>11. ... <u>embora</u> a maioria das pessoas consuma calorias suficientes ... (início do 2º parágrafo)</p> <p>A conjunção grifada acima imprime ao contexto noção de</p> <p>(A) finalidade de uma ação.</p> <p>(B) temporalidade relativa a um fato.</p> <p>(C) concessão quanto à afirmativa que a segue.</p> <p>(D) conjectura que não se realiza.</p> <p>(E) incerteza quanto à comprovação de um fato.</p>	<p>15. Considere o trecho do documento que encaminha um relatório ao Chefe de um setor hospitalar. Está inteiramente correto e segue as orientações da redação oficial o segmento:</p> <p>(A) Temos o enorme prazer de encaminhar a V. Sa. no devido prazo, este relatório que nos foi solicitado na semana passada, para que tomeis conhecimento da realização dos serviços próprios deste Setor, e do que precisamos para melhorá-lo ainda mais.</p> <p>(B) Cabe-nos, cumprindo os devidos prazos, informar à V. Sa. de tudo o que deve ser conhecido sobre os nossos serviços de atendimento ao público neste Setor, e também, sendo-lhe possível, vossa atenção para os nossos pedidos de melhoria desse atendimento.</p> <p>(C) Encaminhamos a V. Sa. o relatório das atividades deste Setor, para dar-lhe conhecimento da prestação dos serviços e solicitar sua atenção quanto a algumas providências a serem tomadas no sentido de agilizar o atendimento ao público.</p> <p>(D) Este relatório que encaminhamos deverá informá-los do que ocorre habitualmente em nosso Setor, é para a tomada de providências que se torna necessário no andamento dos nossos serviços e na melhoria do atendimento.</p> <p>(E) Para V. Sa. segue este relatório, cuja a avaliação de nosso Setor do que está sendo necessário para nossos serviços o acompanha, esperando que será tomado providências para melhorar os serviços prestados por este.</p>
<p>12. ... <u>elas ainda sofrem de imensas deficiências de nutrientes</u> ...</p> <p>A relação entre verbo e complemento, grifada acima, se reproduz em:</p> <p>(A) ... <u>embora a maioria das pessoas consuma calorias suficientes</u> ...</p> <p>(B) ... <u>e têm pontuação mais baixa nos testes de habilidade cognitiva.</u></p> <p>(C) ... <u>a epidemia de obesidade nos países ricos representa exatamente o problema oposto.</u></p> <p>(D) ... <u>e muitos não obtêm esses nutrientes.</u></p> <p>(E) ... <u>menos da metade daqueles que mais precisam deles</u> ...</p>	



16. Manoel, servidor público civil do Poder Executivo Federal, está sendo investigado para apuração de eventual infração ética. Nos termos do Decreto nº 6.029/2007, Manoel tem o direito de saber o que lhe está sendo imputado, de conhecer o teor da acusação e de ter vista dos autos,
- no recinto da Comissão de Ética, mesmo que ainda não tenha sido notificado da existência do procedimento investigatório.
 - no recinto da Comissão de Ética, porém, apenas se tiver sido devidamente notificado da existência do procedimento investigatório.
 - dentro ou fora da Comissão de Ética, mesmo que ainda não tenha sido notificado da existência do procedimento investigatório.
 - dentro ou fora da Comissão de Ética, porém, apenas se tiver sido devidamente notificado da existência do procedimento investigatório.
 - no recinto da Comissão de Ética, não estando, no entanto, incluído em tal direito o de obter cópia dos autos.
17. No que concerne à Comissão de Ética Pública – CEP, consoante as disposições previstas no Decreto nº 6.029/2007, pode-se afirmar que
- contará com uma Secretaria-Executiva, vinculada ao Ministério da Justiça, à qual competirá prestar o apoio técnico e administrativo aos trabalhos da Comissão.
 - seus integrantes serão designados para mandatos de três anos, não coincidentes, sendo vedada recondução.
 - a atuação no âmbito da CEP enseja remuneração a seus membros e os trabalhos nela desenvolvidos são considerados prestação de relevante serviço público.
 - compete-lhe, dentre outras atribuições, dirimir dúvidas a respeito de interpretação das normas do Código de Conduta da Alta Administração Federal, deliberando sobre casos omissos.
 - deve observar, dentre outros princípios, a proteção à identidade do denunciante, que deverá sempre ser mantida sob reserva.
18. Considere duas hipóteses:
- Fernanda, servidora pública civil do Poder Executivo Federal, tem sido vista embriagada, habitualmente, em diversos locais públicos, como eventos, festas e reuniões.
 - Maria, também servidora pública civil do Poder Executivo Federal, alterou o teor de documentos que deveria encaminhar para providências.
- Nos termos do Decreto nº 1.171/1994,
- ambas as servidoras públicas não se sujeitam às disposições previstas no Decreto nº 1.171/1994.
 - apenas o fato descrito no item II constitui vedação ao servidor público; o fato narrado no item I não implica vedação, vez que a lei veda embriaguez apenas no local do serviço.
 - apenas o fato descrito no item I constitui vedação ao servidor público, desde que ele seja efetivo.
 - ambos os fatos não constituem vedações ao servidor público, embora possam ter implicações em outras searas do Direito.
 - ambos os fatos constituem vedações ao servidor público.
19. Nos termos do Decreto nº 1.171/1994, a pena aplicável ao servidor público pela Comissão de Ética é a de censura e sua fundamentação
- não é necessária para a aplicação da pena; no entanto, exige-se ciência do faltoso.
 - constará do respectivo parecer, assinado por todos os seus integrantes, com ciência do faltoso.
 - constará do respectivo parecer, assinado apenas pelo Presidente da Comissão, com ciência do faltoso.
 - não é necessária para a aplicação da pena, sendo dispensável também a ciência do faltoso.
 - constará do respectivo parecer, assinado apenas pelo Presidente da Comissão, sendo dispensável a ciência do faltoso.
20. Nos termos do Decreto nº 6.029/2007, o procedimento para a apuração de infração ética deve ser mantido com a chancela de “reservado”. Sobre o prazo em que deve ser mantida tal chancela, pode-se afirmar que
- após a apresentação da defesa pelo investigado, é possível a supressão da chancela de “reservado”.
 - é possível que, a qualquer momento, ainda que antes da conclusão do procedimento, seja retirada tal chancela.
 - a condição de reservado deve ser mantida até a conclusão do procedimento e deliberação da respectiva Comissão de Ética do órgão ou entidade ou da CEP.
 - tal condição deve ser mantida até a conclusão do procedimento, independentemente de qualquer deliberação da respectiva Comissão de Ética do órgão ou entidade ou da CEP.
 - após concluída a fase probatória, é possível a supressão da chancela de “reservado”.
21. São direitos sociais, segundo rol expresso contido na Constituição Federal:
- a educação, a alimentação e a moradia.
 - a saúde, o lazer e a felicidade.
 - o trabalho, a segurança e a propriedade.
 - a vida, a liberdade e o trabalho.
 - a saúde, a alimentação e a felicidade.
22. Segundo previsão expressa da Constituição Federal, a pena de morte
- não é admitida, em nenhuma hipótese.
 - é admitida no caso de crimes hediondos.
 - poderá ser substituída pela pena de banimento, no caso de crimes contra a segurança nacional.
 - é admitida no caso de guerra declarada.
 - é admitida, desde que não cause sofrimento ao condenado.



23. Daniel, recém-nascido no exterior e filho de pais diplomatas brasileiros, caso deseje, futuramente, seguir a carreira diplomática brasileira,
- (A) deverá ser registrado em repartição brasileira competente quando atingir a maioridade, a fim de obter a naturalização.
- (B) não precisará se naturalizar, já que é considerado brasileiro nato segundo o texto constitucional brasileiro.
- (C) deverá residir, pelo menos, por um ano ininterrupto no Brasil, a fim de obter automaticamente sua naturalização.
- (D) deverá possuir filhos brasileiros ou bens no Brasil como condição para obter a naturalização.
- (E) não poderá alcançar este objetivo, pois é considerado estrangeiro e não conseguirá se naturalizar, segundo o texto constitucional brasileiro.
24. A previsão constitucional que determina a reserva de percentual dos cargos e empregos para as pessoas portadoras de deficiência tem como objetivo, precipuamente, promover o direito à
- (A) vida.
- (B) liberdade individual.
- (C) igualdade material.
- (D) segurança.
- (E) saúde coletiva.
25. Suponha que o chefe de uma determinada repartição pública, por ter poder de decisão sobre assuntos da Administração Pública, utilize esta condição para beneficiar parentes. A garantia constitucional que poderá ser utilizada contra essa situação é
- (A) o *habeas corpus*, em defesa dos princípios da razoabilidade e moralidade.
- (B) o *habeas corpus*, em defesa dos princípios da presunção de veracidade e moralidade.
- (C) o *habeas data*, em defesa dos princípios da eficiência e razoabilidade.
- (D) o mandado de injunção, em defesa dos princípios da impessoalidade e publicidade.
- (E) a ação popular, em defesa dos princípios da moralidade e impessoalidade.
26. Quando a Administração Pública limita direitos ou atividades de particulares sem qualquer vínculo com a Administração, com base na lei, está atuando como expressão de seu poder
- (A) hierárquico.
- (B) de polícia.
- (C) normativo.
- (D) regulamentar.
- (E) disciplinar.
27. Constitui ato de improbidade administrativa, que atenta contra os princípios da administração pública, nos termos da Lei nº 8.429/92, o seguinte ilícito:
- (A) receber gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público.
- (B) revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo.
- (C) adquirir, para si ou para outrem, no exercício de cargo público, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público.
- (D) conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.
- (E) permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente.
28. Tratar com urbanidade as pessoas constitui
- (A) regra de trato social, mas cujo descumprimento impede o servidor de ocupar cargo de provimento em comissão.
- (B) regra de trato social, cujo descumprimento não acarreta sanção administrativa para o servidor público.
- (C) dever legal do servidor público, cuja violação sempre acarretará a pena de suspensão, mas não a de demissão.
- (D) dever legal do servidor público, cuja violação pode acarretar a pena de advertência.
- (E) conduta irrelevante no serviço público, não constituindo seu descumprimento infração legal, nem de regra de trato social.
29. A responsabilidade civil do Estado encontra fundamento na Constituição Federal, aplicando-se sob a modalidade
- (A) subjetiva quando se tratar da prática de atos lícitos e objetiva quando se trata de atos ilícitos.
- (B) subjetiva, tanto para atos comissivos, quanto para atos omissivos.
- (C) objetiva para atos comissivos, ainda que lícitos.
- (D) subjetiva para atos comissivos dolosos, praticados por agentes públicos.
- (E) objetiva quando se tratar de danos causados a terceiros, excluída qualquer responsabilização para a prática de atos omissivos.
30. A prática de determinado ato por pessoa, que não seja agente público e que tenha sido contratada para prestar serviços para o Poder Público, é considerada:
- (A) Infração disciplinar, punível discricionariamente com base no poder de polícia da Administração Pública.
- (B) Ilícito penal, caso tipificada na legislação vigente, afastando a incidência da responsabilização em qualquer outra esfera.
- (C) Ilícito administrativo, caso tipificada na legislação vigente, afastando a incidência da responsabilização criminal, mantida a possibilidade de responsabilização civil.
- (D) Ato de improbidade, que, pela gravidade, exclui a responsabilização em qualquer outra esfera.
- (E) Ato de improbidade, ainda que não cause prejuízo financeiro ao erário público.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. São princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS):

- (A) descentralização, igualdade, atenção básica e participação da comunidade.
- (B) municipalização, acesso à média e alta complexidade, universalização e igualdade.
- (C) equidade, universalização, descentralização, atendimento integral e participação da comunidade.
- (D) atendimento integral, programa de saúde da família, universalização e descentralização.
- (E) participação da comunidade, controle social, atenção básica e integralidade.

32. Gestante de 26 anos, sem queixas, realiza pré-natal em uma Unidade Básica de Saúde do seu município. Está grávida de 24 semanas e as sorologias realizadas apresentaram os seguintes resultados: VDRL reagente 1/32, IgG para *Treponema pallidum* reagente, HBsAg não-reagente, anti-HBs não-reagente, anti-HIV não-reagente, anti-HCV não-reagente. Para evitar a sífilis congênita, a conduta correta é tratar com penicilina benzatina

- (A) 7.200.000 UI IM dose única, convocar o parceiro para realizar exame diagnóstico e notificar à vigilância epidemiológica.
- (B) 2.400.000 UI IM dose única, azitromicina 1 g VO dose única, convocar o parceiro para tratamento similar ao da gestante e notificação a vigilância epidemiológica.
- (C) 7.200.000 UI IM, em 3 doses semanais de 2.400.000 UI, convocar o parceiro para tratamento similar ao da gestante e notificar à vigilância epidemiológica.
- (D) 7.200.000 UI IM dividido em 3 doses semanais de 2.400.000 UI, convocar o parceiro para realizar exame diagnóstico e notificar à vigilância epidemiológica.
- (E) 2.400.000 UI IM dividido em 3 doses semanais de 800.000 UI associado a azitromicina 1 g VO dose única, convocar o parceiro para realizar exame diagnóstico e notificar à vigilância epidemiológica.

33. Qual das alternativas abaixo contém exclusivamente doenças que não são de notificação compulsória:

- (A) amigdalite bacteriana, pneumonia bacteriana, varicela.
- (B) pneumonia bacteriana, hanseníase, hepatite B.
- (C) dengue, hepatite C, tricomoníase.
- (D) gonorreia, sífilis, conjuntivite.
- (E) tuberculose, hanseníase, gardnerella.

34. Quanto à hepatite B, é correto afirmar, EXCETO:

- (A) A infecção pelo vírus da hepatite B (VHB) é transmitida por via sexual, transfusões de sangue e pela transmissão vertical.
- (B) Estima-se que entre 70% e 90% dos RN filhos de mães portadoras do VHB sejam contaminados por transmissão vertical, a grande maioria dos quais desenvolve a forma crônica da doença, e pode, no futuro, apresentar complicações, tais como cirrose e carcinoma hepatocelular.
- (C) Com o objetivo de prevenir a transmissão vertical da hepatite B, recomenda-se triagem sorológica durante o pré-natal, por meio do HBsAg.
- (D) Não adianta realizar a triagem sorológica, já que não há o que ser feito com o RN.
- (E) Caso seja detectada a presença de HBsAg na gestante, deve-se administrar a imunoglobulina hiperimune para hepatite B nas primeiras 12 horas de vida do RN e no máximo até o 7º dia, além da imunização ativa através da vacina contra a hepatite B.

35. O profissional da atenção primária deve considerar o diagnóstico de depressão, quando diante das seguintes situações, EXCETO:

- (A) Paciente não tem vontade de realizar atividades que antes gostava muito de fazer (ir ao cinema, cozinhar, viajar, etc.).
- (B) Paciente com perda ou ganho de peso expressivo, em um curto período de tempo, sem motivo aparente.
- (C) Paciente que refere insônia ou hipersonia há pelo menos 3 meses.
- (D) Paciente com humor deprimido e ideação suicida.
- (E) Paciente que relata tristeza por término de relacionamento amoroso, ocorrido há 1 semana.

36. As complicações hipertensivas na gravidez são a maior causa de morbidade e mortalidade materna e fetal no Brasil. Dentre as afirmações abaixo, está INCORRETA:

- (A) Pré-eclâmpsia é um estado hipertensivo acima da 20ª semana de gravidez, acompanhada de proteinúria em 24 horas com valor maior ou igual a 300 mg. O quadro hipertensivo desaparece até a 12ª semana pós-parto.
- (B) Hipertensão arterial crônica (HAC) é um quadro hipertensivo diagnosticado antes da gravidez, ou antes da 20ª semana de gestação, e que não desaparece após o parto, sem limitação de tempo.
- (C) Hipertensão gestacional transitória é o mesmo que pré-eclâmpsia.
- (D) Pré-eclâmpsia sobreposta à hipertensão arterial crônica ocorre quando há proteinúria significativa, e pode acometer até 30% das grávidas com HAC. Deve-se suspeitar dessa complicação quando ocorrer piora súbita dos níveis tensionais e dos valores de proteinúria, surgindo plaquetopenia e/ou alteração dos valores das transaminases.
- (E) O incremento de 30 mmHg na pressão arterial sistólica e 15 mmHg na pressão diastólica não é reconhecido como critério diagnóstico, mas deve servir de alerta para o surgimento da pré-eclâmpsia, assim como ganho de peso superior a 2 kg por semana.



37. Homem de 43 anos, natural do Rio Grande do Norte, mudou-se para São Paulo há 3 meses e procurou o serviço de saúde com queixa de tosse com expectoração esbranquiçada há 3 meses e emagrecimento de cerca de 7 kg no mesmo período. Tabagista (cerca de 1 maço de cigarros por dia) há 25 anos e etilista há 22 anos (5 a 6 doses de pinga por dia). Nega uso de outras drogas. Ao exame clínico: bom estado geral, consciente, corado, hidratado, orientado e eupnéico. IMC = 17 kg/m²; PA = 120 x 72 mmHg; FC = 80 bpm, com discretos rôncos à ausculta pulmonar. Sem outras alterações. Pensando na hipótese diagnóstica de tuberculose pulmonar, quais exames deveriam ser solicitados imediatamente?
- (A) Radiografia de tórax, PPD, 3 amostras de escarro para baciloscopia para BAAR, sorologia para HIV.
- (B) Radiografia de tórax, baciloscopia no escarro 2 amostras, seguida de tomografia computadorizada de tórax.
- (C) Radiografia de tórax, 2 amostras de escarro para baciloscopia para BAAR, sorologia para HIV, hepatite B, C e sífilis.
- (D) Radiografia de tórax e 2 amostras de escarro para baciloscopia para BAAR.
- (E) 2 amostras de escarro para baciloscopia para BAAR e PPD.
38. Sobre a atenção primária à saúde é INCORRETO afirmar:
- (A) Incorpora tecnologias relativas ao conhecimento, à organização dos serviços, estudos epidemiológicos e pressupõe o trabalho em equipe.
- (B) O seu papel principal é realizar a triagem dos pacientes para o atendimento nos ambulatorios de especialidades e hospitalar.
- (C) Desenvolve o trabalho em equipe interdisciplinar, com foco na abordagem integral e no acolhimento do indivíduo.
- (D) Utiliza como modelo de sistema de saúde, similares já implantados em países como a Espanha, Inglaterra e Canadá.
- (E) É aplicável tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento.
39. Paciente do sexo masculino, com 50 anos, comparece à consulta médica depois que o seu irmão de 59 anos morreu de infarto agudo do miocárdio, para se prevenir. É sedentário e tabagista (20 cigarros por dia há 25 anos). Não refere outros antecedentes. Para realizar o escore de risco de Framingham quais são as informações necessárias para o cálculo?
- (A) Idade, pressão arterial, colesterol total ou LDL, glicemia, HDL e tabagismo.
- (B) Idade, IMC, pressão arterial, colesterol total, glicemia e HDL.
- (C) IMC, pressão arterial, colesterol total, glicemia e HDL.
- (D) Tabagismo, pressão arterial, colesterol total, glicemia e HDL.
- (E) IMC, pressão arterial, LDL, glicemia e HDL.
40. Estudo realizado por Figueiró AC et al. (2011), demandado pelo Ministério da Saúde (MS), entre outros aspectos analisou a qualidade técnico-científica da assistência aos pacientes que foram a óbito por dengue na rede pública em dois municípios brasileiros. Dentre as conclusões encontram-se:
- ...o que parece influenciar diretamente a ocorrência do óbito é o manejo clínico dos casos. Verificou-se que a assistência aos pacientes não alcançou o nível de adequação esperada em nenhum dos serviços avaliados e que as recomendações do Ministério da Saúde para o manejo dos casos de dengue não estão sendo seguidas.*
- São sinais de alarme na dengue, EXCETO:
- (A) dor abdominal intensa e contínua, vômitos persistentes e hipotensão postural e/ou lipotímia.
- (B) hepatomegalia dolorosa, sangramento de mucosa, hematêmese e/ou melena.
- (C) sonolência e/ou irritabilidade, diminuição da diurese e hipotermia.
- (D) aumento repentino do hematócrito, queda abrupta de plaquetas, desconforto respiratório.
- (E) *rush* cutâneo, intensas dores musculares e dor re-tro-orbital.
41. Em 17 de setembro de 2009, o Conselho Federal de Medicina, no uso de suas atribuições, por meio da Resolução 1931, aprova o Código de Ética Médica. A respeito do escopo e aplicação do mesmo, são verdadeiras as afirmações abaixo, EXCETO:
- (A) O Código de Ética Médica é composto de 25 princípios fundamentais do exercício da Medicina, 10 normas deontológicas, 118 normas deontológicas e cinco disposições gerais. A transgressão das normas deontológicas sujeitará os infratores às penas disciplinares previstas em lei.
- (B) As normas devem ser seguidas pelos médicos que exercem a profissão, exceto no exercício das atividades de ensino e pesquisa.
- (C) Estão sujeitas às normas do referido código as organizações de prestação de serviços médicos.
- (D) Para o exercício da Medicina, impõe-se a inscrição no Conselho Regional do respectivo Estado.
- (E) O médico comunicará ao Conselho Regional de Medicina, com descrição e fundamento, fatos de que tenha conhecimento e que caracterizam possível infração do presente Código e das demais normas que regulam o exercício da Medicina.
42. Quanto à laqueadura (esterilização feminina) pode-se afirmar, EXCETO:
- (A) A intenção é que proporcione proteção muito eficaz, por toda a vida contra gravidez.
- (B) De modo geral não é possível ser revertida.
- (C) Há duas abordagens cirúrgicas que são utilizadas com maior frequência: a minilaparotomia e a laparoscopia.
- (D) Causa menstruação mais intensa e irregular, pois tende a alterar o ciclo menstrual das mulheres.
- (E) Pode ser realizada em mulheres infectadas pelo HIV, independente de estarem ou não em terapia antirretroviral.



43. A cidade de Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco tem uma população de 185.025 habitantes de acordo com o Censo 2010 (IBGE). Suponhamos que tenham sido diagnosticados 26 novos casos de infecção pelo vírus da Hepatite C em 2010, e que já haviam sido notificados 264 casos até janeiro do mesmo ano.
- Com base nesses dados a incidência e a prevalência da Hepatite C no Cabo de Santo Agostinho em 2010 seriam, respectivamente,
- (A) 14 e 157 casos por 100.000 habitantes.
 (B) 7 e 130 casos por 100.000 habitantes.
 (C) 14 e 142 casos por 100.000 habitantes.
 (D) 26 e 264 casos por 100.000 habitantes.
 (E) 28 e 314 casos por 100.000 habitantes.
-
44. Dizer que há uma epidemia de uma certa doença significa dizer que esta doença
- (A) afeta um grande número de países simultaneamente.
 (B) exibe um padrão sazonal.
 (C) ocorre claramente acima do número esperado.
 (D) é contagiosa e apresenta um grande número de casos.
 (E) é prevalente entre os humanos.
-
45. Quanto à avaliação clínica da lombalgia, pode-se afirmar, EXCETO:
- (A) É necessário descartar doença sistêmica subjacente.
 (B) É necessário identificar comprometimento neurológico que requeira avaliação cirúrgica.
 (C) É necessário considerar a existência de fatores psicológicos ou sociais que possam amplificar ou prolongar a dor.
 (D) Para a maioria dos pacientes, as principais questões a serem consideradas quando da avaliação clínica podem ser respondidas após anamnese e exame físico detalhados.
 (E) Para todos os pacientes, as principais questões a serem consideradas quando da avaliação clínica só podem ser respondidas após a realização de exames complementares como RX, tomografia computadorizada ou ressonância magnética para a confirmação diagnóstica.
-
46. A Lei Federal nº 8.080/1990, dispõe que:
- (A) A saúde do cidadão brasileiro é dever do Estado; em decorrência, por disposição legal, as empresas estão desobrigadas de responsabilidade neste âmbito de atuação.
 (B) Pela sua natureza, as ações de assistência à saúde do trabalhador cabem ao Ministério da Assistência Social.
 (C) A Agência Nacional de Vigilância Sanitária é responsável pelas ações de vigilância no campo da Saúde do Trabalhador.
 (D) As ações de recuperação e reabilitação da saúde do trabalhador são de responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego.
 (E) O gestor do SUS pode participar da normatização, fiscalização e controle dos serviços de saúde do trabalhador nas instituições e empresas públicas e privadas.
-
47. Considerando-se a necessidade de estruturar a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST) é correto afirmar:
- (A) Na regionalização da atenção a emissão das APAC cabe aos hospitais especializados.
 (B) Os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador devem se constituir uniformemente no mesmo nível de complexidade e abrangência populacional.
 (C) A assistência à saúde do trabalhador inclui os serviços públicos consoante o princípio da universalidade das ações de saúde.
 (D) O controle social da RENAST se dará prioritariamente por intermédio das organizações de trabalhadores urbanos e rurais.
 (E) Em função da natureza simplificada de suas ações, a atenção básica não compõe a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador.
-
48. O reconhecimento dos agravos relacionados ao trabalho e o acesso aos benefícios previdenciários decorrentes dependem de procedimentos que visam investigar e, eventualmente comprovar a existência de nexo causal.
- Assinale a alternativa correta.
- (A) As equipes multiprofissionais da rede privada contratada do SUS podem emitir parecer para estabelecimento de nexo causal.
 (B) O parecer para estabelecimento de nexo causal consiste na emissão de um laudo emitido por qualquer dos integrantes da equipe multiprofissional, incluindo história ocupacional, exame físico/mental e complementares.
 (C) Para realização dos procedimentos de investigação diagnóstica o uso do CPF/CIC é obrigatório para todos os pacientes.
 (D) Para fins previdenciários, o estabelecimento de nexo causal é realizado pela equipe de saúde, levando em conta o registro e a notificação de todos os casos de acidentes e doenças do trabalho.
 (E) O estabelecimento de nexo causal deve ocorrer predominantemente nos Serviços de Referência em Saúde do Trabalhador – SRST de nível estadual.
-
49. Sobre os agravos de notificação compulsória no âmbito da saúde do trabalhador:
- (A) devem ser notificados, entre outros, os casos de *influenza* humana.
 (B) os gestores estaduais e municipais não podem suprimir agravos da relação de notificação.
 (C) a notificação envolve ações de vigilância, prescindindo das ações assistenciais.
 (D) a rede sentinela específica deve ser organizada a partir da fixação da porta de entrada no sistema de saúde pelo pronto-socorro e pronto-atendimento.
 (E) a valorização da articulação intra-setorial na rede sentinela baseia-se na verticalidade das ações visando maior eficácia da notificação compulsória.



50. Na avaliação de saúde dos trabalhadores pode-se recorrer à utilização de indicadores de saúde com o objetivo de avaliar a higidez de agregados humanos, como o coeficiente de mortalidade geral (CMG) por exemplo. Se nessa avaliação for necessária a comparação do CMG entre populações diferentes, a padronização

- (A) através do método direto se impõe.
- (B) poderá ser dispensada se as populações em questão forem semelhantes em relação a estrutura etária.
- (C) através do método indireto se impõe.
- (D) será indicada apenas se não houver dados sobre o detalhamento por faixas etárias.
- (E) será conseguida através da construção do indicador de Swaroop e Uemura.

Atenção: As questões de números 51 a 53 baseiam-se no caso abaixo.

Um paciente apresentou-se no ambulatório de saúde ocupacional com alterações significativas dos padrões habituais de comportamento no que se refere à expressão das emoções, necessidades e impulsos. Foi feito o diagnóstico de transtorno orgânico da personalidade, enquadrado no grupo I da classificação de Schilling.

51. Para ter chegado a essa conclusão diagnóstica o médico deve ter identificado a presença de pelo menos:

- (A) Capacidade consistentemente reduzida de perseverar em atividades com fins determinados e comportamento sexual alterado.
- (B) Expressão de necessidades e impulsos sem considerar as consequências ou convenções sociais e sentimentos de desesperança, culpa excessiva ou inadequada.
- (C) Marcante perda de interesse ou prazer em atividades que normalmente são agradáveis e perturbações cognitivas na forma de desconfiança, ideação paranóide e/ou preocupação excessiva com tema único.
- (D) Sentimentos de desesperança, culpa excessiva ou inadequada e comportamento sexual alterado.
- (E) Alteração marcante da velocidade e fluxo da produção da linguagem e marcante perda de interesse ou prazer em atividades que normalmente são agradáveis.

52. A relação entre essa patologia e o trabalho

- (A) não está caracterizada.
- (B) está caracterizada, o trabalho é causa necessária.
- (C) não está caracterizada, entretanto o trabalho pode ser um fator contributivo.
- (D) está caracterizado, entretanto o trabalho foi provocador de um distúrbio latente.
- (E) resta inconclusa por falta de informações.

53. Em se tratando de doença relacionada ao trabalho, ela pode ter sido desencadeada por exposição ocupacional a

- (A) Bromo.
- (B) Cloro.
- (C) Sulfeto de carbono.
- (D) Dióxido de Nitrogênio.
- (E) Cianeto de Hidrogênio.

Atenção: As questões de números 54 e 55 baseiam-se na Instrução Normativa INSS/DC nº 98, de 05 de dezembro de 2003.

54. Com relação aos procedimentos administrativos e Periciais em LER/DORT é correto afirmar que

- (A) o auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado empregado, inclusive o doméstico, ao trabalhador avulso e ao segurado especial quando, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultar sequela definitiva.
- (B) a aposentadoria acidentária será concedida somente para os casos irrecuperáveis e com incapacidade total ou parcial, permanente para todas as profissões (omniprofissional).
- (C) os segurados que apresentem quadro clínico instável e necessitem de mudança de atividade ou função serão encaminhados ao Programa de Reabilitação Profissional.
- (D) o médico perito poderá concluir pelo deferimento do auxílio-doença acidentário (E-91) se considerar que existe incapacidade laborativa, mesmo que o nexo causal não tenha sido caracterizado.
- (E) em todos os casos de cessação do auxílio-doença acidentário, será necessária a emissão da Comunicação do Resultado de Exame Médico (CREM) ou da Comunicação de Resultado de Requerimento (CRER), que deverá ser entregue ao segurado pelo Médico Perito.

55. A alternativa que apresenta a correta relação entre o trabalho (causa ocupacional) e entidade nosológica (lesão) é

- (A) flexão extrema do cotovelo com ombro abduzido/Síndrome do Canal de Guyon.
- (B) compressão da borda ulnar do punho/Síndrome do Canal Cubital.
- (C) manutenção do antebraço supinado e fletido sobre o braço/Síndrome do Pronador Redondo.
- (D) compressão palmar associada à realização de força/Dedo em Gatilho.
- (E) flexão extrema do cotovelo com ombro abduzido/Síndrome do Interósseo Anterior.

56. Os dados estatísticos mais recentes, publicados pelo Ministério da Previdência Social, mostram que houve uma diminuição, ano a ano, no número absoluto de acidentes de trabalho, no período compreendido entre os anos de 2008 a 2010. Entretanto, não se verifica diminuição no mesmo período, entre

- (A) os acidentes com CAT registrada.
- (B) os acidentes sem CAT registrada.
- (C) as doenças do trabalho.
- (D) os acidentes de trajeto.
- (E) os acidentes típicos.



57. Considere as afirmações abaixo em relação à Convenção nº 81 da OIT, denominada “Convenção sobre a Inspeção do Trabalho de 1947”:
- I. O sistema de inspeção de trabalho será encarregado, dentre outras atividades, de levar ao conhecimento da autoridade competente as deficiências ou os abusos que não estão especificamente compreendidos nas disposições legais existentes.
 - II. O pessoal da inspeção será composto de funcionários públicos cujo estatuto e condições de serviço lhes assegurem a estabilidade nos seus empregos e os tornem independentes de qualquer mudança de governo ou de qualquer influência externa indevida.
 - III. Sanções apropriadas por violação dos dispositivos legais, cuja aplicação está submetida ao controle dos inspetores de trabalho e por obstrução feita aos inspetores de trabalho no exercício de suas funções, serão previstas pela legislação nacional e efetivamente aplicadas.

Está correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I, apenas.

58. De acordo com a Convenção nº 155 da OIT, sobre Segurança e Saúde dos Trabalhadores e o Meio Ambiente de Trabalho, é correto afirmar que
- (A) o termo “trabalhadores” abrange todas as pessoas empregadas, excluindo os funcionários públicos.
 - (B) os países membros devem implementar ações em nível nacional e das empresas, para tornar o meio ambiente de trabalho seguro, sendo facultativa a formulação de uma política nacional em matéria de segurança e saúde dos trabalhadores.
 - (C) a publicação anual de informações sobre os acidentes de trabalho e doenças profissionais não é uma tarefa obrigatória, mas opcional, das autoridades competentes.
 - (D) os empregadores não deverão prever medidas para lidar com situações de urgência, como o acidente de trabalho, mas devem realizar sindicâncias cada vez que um acidente de trabalho grave ocorrer.
 - (E) as medidas de segurança e higiene do trabalho não deverão implicar nenhum ônus financeiro para os trabalhadores.

59. Na Constituição da República Federativa do Brasil, Capítulo II Dos Direitos Sociais, Artigo 7º: São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:
- I. redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.
 - II. adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei.
 - III. seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do trabalhador, sem excluir a indenização, a cargo do empregador, que está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.
 - IV. proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 16 (dezesesseis) e de qualquer trabalho a menores de 14 (quatorze) anos.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) I e III.
- (E) II e IV.

60. Em relação à Convenção da OIT nº 139, citada como a ‘Convenção sobre o Câncer Profissional’, é correto afirmar:
- (A) O número de trabalhadores expostos às substâncias ou agentes cancerígenos e a duração e os níveis dessa exposição devem ser aumentados ao máximo compatível com a segurança.
 - (B) Todo Membro que ratifique essa Convenção deverá adotar medidas para que os médicos, que atendam os trabalhadores expostos a substâncias ou agentes cancerígenos, recebam toda a informação disponível sobre os perigos que representam tais substâncias e sobre as medidas a serem aplicadas; aos trabalhadores, a informação é opcional.
 - (C) Todo Membro que ratifique essa Convenção deverá adotar medidas para assegurar que sejam proporcionados aos trabalhadores os exames médicos ou os exames ou investigações de natureza biológica ou de outro tipo, somente durante o tempo que perdurar o vínculo empregatício, que sejam necessários para avaliar a exposição ou o estado de saúde com relação aos riscos profissionais.
 - (D) Todo Membro que ratifique essa Convenção deverá prescrever as medidas a serem tomadas para proteger os trabalhadores contra os riscos de exposição a substâncias ou agentes cancerígenos e deverá assegurar o estabelecimento de um sistema apropriado de registros.
 - (E) O foco, da citada Convenção, é o diagnóstico precoce do câncer profissional, com o objetivo de diminuir a mortalidade e aumentar a expectativa de vida dos trabalhadores.



61. Considere as afirmações abaixo em relação à Convenção nº 148 da OIT, sobre a Proteção dos Trabalhadores contra os Riscos Profissionais devidos à contaminação do ar, ao ruído e às vibrações no local de trabalho:

- I. Os critérios e limites de exposição deverão ser fixados, completados e revisados a intervalos regulares, de conformidade com os novos conhecimentos e dados nacionais e internacionais, e tendo em conta, na medida do possível, qualquer aumento dos riscos profissionais resultante da exposição simultânea a vários fatores nocivos no local de trabalho.
- II. Obrigatoriamente, dever-se-á eliminar todo risco devido à contaminação do ar, ao ruído e às vibrações no local de trabalho, mediante medidas técnicas aplicadas às novas instalações e aos novos métodos de sua elaboração ou de sua instalação, ou mediante medidas técnicas aduzidas às instalações ou operações existentes.
- III. Quando, por razões médicas, seja desaconselhável a permanência de um trabalhador em uma função sujeita à exposição à contaminação do ar, ao ruído ou às vibrações, deverão ser adotadas todas as medidas compatíveis com a prática e as condições nacionais para transferi-lo para outro emprego adequado ou para assegurar-lhe a manutenção de seus rendimentos, mediante prestações da previdência social ou por qualquer outro meio.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I e III.
- (D) I, II e III.
- (E) II.

62. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, à:

- I. cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada;
- II. proteção à maternidade, especialmente à gestante;
- III. proteção ao trabalhador em situação de desemprego voluntário;
- IV. salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de alta renda.

Completam corretamente o artigo 201 da Constituição Federal, nos termos da lei APENAS os itens:

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I, II e III.
- (D) I, II e IV.
- (E) II e IV.

63. Considere os itens abaixo:

- I. O pessoal prestador de serviços de saúde no trabalho deverá gozar de independência profissional completa com relação ao empregador, aos trabalhadores e aos seus representantes, quando estes existirem, no que tange às funções estabelecidas no Artigo 5.
- II. O acompanhamento da saúde dos trabalhadores em relação com o trabalho não deverá acarretar para estes qualquer ônus; deverá ser gratuito e ter lugar, na medida do possível, durante o expediente de trabalho.
- III. Todos os trabalhadores devem ser informados dos riscos para a saúde inerentes a seu trabalho.
- IV. Os serviços de saúde no trabalho devem ser informados, pelo empregador e pelos trabalhadores, de todo fator conhecido e de todo fator suspeito do ambiente de trabalho, que possa ter efeitos sobre a saúde dos trabalhadores.
- V. Os serviços de saúde no trabalho devem ser informados dos casos de doença entre os trabalhadores e das faltas ao serviço por motivos de saúde, a fim de estarem aptos a identificar toda relação que possa haver entre as causas da doença ou da falta e os riscos à saúde que possam existir no local de trabalho. O pessoal que prestar serviços de saúde no trabalho deverá ser instado, pelo empregador, no sentido de averiguar o fundamento ou as razões de faltas ao serviço.

Completam corretamente a Convenção nº 161, da Organização Internacional do Trabalho – OIT, relativa aos Serviços de Saúde do Trabalho, na parte referente às Condições de Funcionamento, os itens:

- (A) I, II, III, IV e V.
- (B) II, III, IV e V, apenas.
- (C) I, III, IV e V, apenas.
- (D) I, II, IV e V, apenas.
- (E) I, II, III e IV, apenas.



64. Na Convenção nº 81 da OIT, que trata da Inspeção do Trabalho na Indústria e no Comércio, o sistema de inspeção de trabalho será encarregado de assegurar a aplicação das disposições legais relativas às condições de trabalho e à proteção dos trabalhadores no exercício de sua profissão. Na citada convenção, a expressão “disposições legais” compreende:
- (A) além da legislação, as sentenças arbitrais e os contratos coletivos que têm força de lei.
 - (B) a legislação trabalhista somente (CLT).
 - (C) as Normas Regulamentadoras.
 - (D) a Constituição Federal.
 - (E) a legislação trabalhista (CLT), acrescida das Súmulas do Tribunal Superior do Trabalho.
-
65. Mário é empregado em um posto de combustíveis, exercendo as funções de frentista de abastecimento de veículos. Atua em contato permanente com produtos inflamáveis e explosivos em condições de risco acentuado. Nesta situação, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, Mário exerce seu trabalho em atividade considerada
- (A) perigosa, sendo-lhe assegurado um adicional de 40%, 20% ou 10% do salário mínimo da região, segundo se classifiquem nos graus máximo, médio e mínimo.
 - (B) penosa, sendo-lhe assegurado um adicional de 50% sobre o valor da hora normal.
 - (C) insalubre, sendo-lhe assegurado um adicional de 30% sobre toda a remuneração.
 - (D) perigosa, sendo-lhe assegurado um adicional de 30% sobre o salário base.
 - (E) insalubre, sendo-lhe assegurado um adicional de 25% do salário mínimo da região.
-
66. Em relação às férias anuais, é INCORRETO afirmar que
- (A) após cada período de doze meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias, na proporção de trinta dias corridos, quando não houver faltado injustificadamente ao serviço mais de cinco vezes.
 - (B) as férias serão concedidas por ato do empregador nos doze meses subsequentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito, devendo, como regra, ser usufruídas em um só período.
 - (C) somente em casos excepcionais serão as férias concedidas em dois períodos, um dos quais poderá ser inferior a dez dias corridos.
 - (D) o empregado estudante, menor de dezoito anos, terá direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares.
 - (E) o empregado que for despedido sem justa causa, antes de completar doze meses de serviço, terá direito à remuneração relativa ao período incompleto de férias.
-
67. Conforme prevê a Consolidação das Leis do Trabalho são considerados sujeitos do contrato de trabalho o empregado e o empregador. Em relação a estes é correto afirmar que
- (A) em razão do grau de parentesco, a esposa não poderá ser considerada empregada do marido, ainda que presentes os requisitos legais da relação de emprego.
 - (B) não poderá ser considerado empregador para efeitos da relação de emprego uma associação recreativa sem fins lucrativos.
 - (C) não se equiparam ao empregador, para os efeitos da relação de emprego, os profissionais liberais, mesmo que admitam trabalhadores como empregados.
 - (D) considera-se empregado toda pessoa física ou jurídica que prestar serviços eventuais a pessoa jurídica mediante remuneração e sob a dependência desta.
 - (E) considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal dos serviços.
-
68. Em relação às atividades insalubres ou perigosas, nos termos da Portaria MTb nº 3.214, de 08/06/1978 e da Consolidação das Leis do Trabalho, é INCORRETO afirmar que
- (A) as atividades ou operações executadas no interior de câmaras frigoríficas, ou em locais que apresentem condições similares, que exponham os trabalhadores ao frio, sem a proteção adequada, serão consideradas insalubres em decorrência de laudo de inspeção realizada no local de trabalho.
 - (B) nos termos do Anexo nº 1 da NR 15, ruído contínuo ou intermitente, para os fins de aplicação de limites de tolerância, é equivalente ao ruído de impacto.
 - (C) as atividades ou operações executadas em locais alagados ou encharcados, com umidade excessiva, capazes de produzir danos à saúde dos trabalhadores, serão consideradas insalubres em decorrência de laudo de inspeção realizada no local de trabalho.
 - (D) há determinadas atividades ou operações que expõem o trabalhador em contato permanente com agentes biológicos e que podem caracterizar a insalubridade mediante avaliação qualitativa em grau máximo ou médio, conforme relação constante do Anexo nº 14 da NR 15.
 - (E) o empregado que atue em atividades ou operações perigosas poderá optar pelo adicional de insalubridade que porventura lhe seja devido.



69. Tibério, é prefeito do Município das Flores. Possuindo dúvidas, consultou a Procuradoria Municipal a respeito da organização da Assistência Social prevista na Lei nº 8.742/93, desejando saber sobre a competência Municipal. A Procuradoria respondeu que NÃO é da competência do Município das Flores
- (A) cofinanciar, por meio de transferência automática, o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito nacional.
- (B) efetuar o pagamento dos auxílios natalidade e funeral.
- (C) executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil.
- (D) atender às ações assistenciais de caráter de emergência.
- (E) realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social em seu âmbito.
70. Marta possui 55 anos de idade completos; Marilucia completa 60 anos em junho de 2012; Bruna completa 75 anos de idade em agosto de 2012; Fábio completa 70 anos em maio de 2012; Nicolas possui 61 anos de idade completos; Tobias completa 68 anos em dezembro de 2012 e Nelson possui 63 anos completos. Hoje, preenchidos os demais requisitos legais, no tocante à idade, farão jus ao Benefício de Prestação Continuada APENAS:
- (A) Nelson, Tobias, Fábio e Bruna.
- (B) Tobias, Fábio e Bruna.
- (C) Fábio, Bruna e Marta.
- (D) Nicolas, Tobias, Fábio e Bruna.
- (E) Nicolas, Marilucia, Nelson, Tobias, Fábio e Bruna.
71. Nos termos da legislação específica sobre o tema NÃO são considerados princípios e objetivos da Previdência Social:
- (A) uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- (B) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios.
- (C) cálculo dos benefícios considerando-se os salários de contribuição corrigidos monetariamente.
- (D) provimento das ações e serviços através de rede regionalizada e hierarquizada, integrados em sistema único.
- (E) previdência complementar facultativa, custeada por contribuição adicional.
72. Apenas em relação aos segurados, NÃO fazem parte das prestações previdenciárias compreendidas pelo Regime Geral de Previdência Social:
- (A) auxílio-acidente e aposentadoria por idade.
- (B) aposentadoria por invalidez e salário família.
- (C) auxílio-reclusão e reabilitação profissional.
- (D) auxílio-doença e aposentadoria especial.
- (E) salário-maternidade e aposentadoria por tempo de contribuição.
73. Cecília filiou-se pela primeira vez à Previdência Social na qualidade de segurada empregada em razão de contrato de trabalho firmado com a empresa Alfa Comunicações. Após 11 (onze) meses de labor, Cecília pediu demissão para cursar pós-graduação no exterior, com duração de 3 (três) anos. Durante o curso Cecília não contribuiu para a Previdência Social. Um mês antes do término do curso, Cecília veio a falecer. Passados 2 (dois) anos do óbito de Cecília, seu marido Joaquim requereu administrativamente o benefício da pensão por morte, sendo indeferido o seu pedido. Neste caso, o indeferimento do benefício da pensão por morte se justifica em razão de que
- (A) apenas a esposa pode postular o benefício da pensão por morte do marido.
- (B) Cecília já havia perdido a qualidade de segurada antes da solicitação do benefício.
- (C) Joaquim não era segurado do Regime Geral da Previdência Social.
- (D) Joaquim não comprovou a sua dependência econômica em relação à Cecília.
- (E) não foi cumprido o período de carência previsto em lei para ser concedido o benefício da pensão por morte.
74. Rita de Cássia foi empregada durante 26 (vinte e seis) anos e aposentou-se por tempo de contribuição. Após dois anos de sua aposentadoria, ela retornou a trabalhar em outro emprego. Na situação ora proposta, em relação ao novo contrato de trabalho e à cumulação de benefícios, é correto afirmar que Rita de Cássia
- (A) poderá cumular os benefícios de aposentadoria e auxílio-doença.
- (B) sendo demitida sem justa causa terá direito ao seguro-desemprego.
- (C) sendo demitida sem justa causa é vedado o recebimento conjunto do seguro-desemprego com o benefício de aposentadoria por tempo de serviço.
- (D) poderá cumular os benefícios de aposentadoria e auxílio-acidente.
- (E) recebendo aposentadoria por tempo de contribuição e voltando a exercer atividade remunerada, não terá de contribuir, obrigatoriamente, para o INSS.



75. Segundo a Lei nº 8.213/91, a habilitação e a reabilitação profissional e social deverão proporcionar ao beneficiário incapacitado parcial ou totalmente para o trabalho, e às pessoas portadoras de deficiência, os meios para a (re)educação e de (re)adaptação profissional e social indicados para participar do mercado de trabalho e do contexto em que vive. Conforme previsão legal, em relação a reabilitação profissional, é INCORRETO afirmar:
- (A) O fornecimento de aparelho de prótese, órtese e instrumentos de auxílio para locomoção, independentemente do fato da perda ou redução da capacidade funcional puderam ser atenuadas por seu uso.
- (B) A reparação ou a substituição dos aparelhos de prótese, órtese e instrumentos de auxílio para locomoção, desgastados pelo uso normal ou por ocorrência estranha à vontade do beneficiário.
- (C) O transporte do acidentado do trabalho, quando necessário.
- (D) A concessão de auxílio para tratamento ou exame fora do domicílio do beneficiário, conforme dispuser o Regulamento.
- (E) A dispensa imotivada no contrato por prazo indeterminado de um trabalhador reabilitado, só poderá ocorrer após a contratação de substituto de condição semelhante.
76. Segundo a legislação previdenciária NÃO é considerado caso de suspensão ou de cancelamento automático do benefício previdenciário
- (A) o retorno voluntário ao trabalho de segurado aposentado por invalidez.
- (B) a não apresentação do segurado beneficiário de aposentadoria por invalidez para a realização de exame médico-pericial periódico a cargo do INSS.
- (C) o reaparecimento do segurado considerado falecido por decisão judicial que havia declarado morte presumida que originou o pagamento de pensão provisória aos dependentes.
- (D) a continuidade do exercício de trabalho ou atividade que sujeite o segurado beneficiário de aposentadoria especial a condições nocivas à saúde ou à integridade física que foram considerados para fins da concessão da aposentadoria especial.
- (E) o exercício de atividade remunerada pelo segurado recluso em cumprimento de pena em regime fechado ou semi-aberto que contribuir na condição de segurado contribuinte individual ou facultativo, em relação ao recebimento do auxílio-reclusão pelos seus dependentes.
77. Os beneficiários do Regime Geral de Previdência Social classificam-se como segurados e dependentes. Nos termos da legislação previdenciária é correto afirmar que
- (A) é segurado obrigatório o maior de 12 (doze) anos que se filiar ao Regime Geral da Previdência Social, mediante contribuição.
- (B) dependentes são pessoas que, por contribuírem para a previdência social, podem ser beneficiários.
- (C) os filhos e a esposa, por serem dependentes da classe diferente, não concorrem em igualdade para o benefício.
- (D) o segurado facultativo mantém a qualidade de segurado, independente de contribuições, até 12 (doze) meses após a cessação das contribuições.
- (E) A existência de dependentes de uma classe exclui do benefício os das classes seguintes.
78. Por motivo de disputa relacionada ao trabalho, o empregado Antunes sofre agressão física intencional de terceiro, Marcos, no refeitório da empresa durante o seu horário de almoço. Em razão da desavença Antunes fraturou um dedo da mão direita, o que lhe ocasionou uma redução temporária da capacidade de trabalho. Nesta situação, nos termos da legislação previdenciária, pode-se afirmar que Antunes
- (A) não sofreu acidente de trabalho por estar em horário de refeição, portanto não estar trabalhando.
- (B) não sofreu acidente de trabalho porque a agressão foi provocada por terceiro e não colega de trabalho ou outro empregado da empresa.
- (C) é portador de doença profissional que se equipara a acidente de trabalho.
- (D) sofreu evento equiparado a acidente de trabalho para os efeitos da Lei nº 8.213/91.
- (E) não sofreu acidente de trabalho porque a lesão foi pequena e a redução da capacidade de trabalho foi temporária.
79. Conforme prevê a legislação previdenciária, em relação ao benefício da aposentadoria por invalidez é correto afirmar que
- (A) a sua concessão dependerá da verificação da condição de incapacidade mediante exame médico-pericial a cargo da Previdência Social.
- (B) por sua natureza em nenhuma situação dependerá de período de carência.
- (C) será devida apenas se o segurado estiver em gozo de auxílio-doença.
- (D) não é devida ao segurado empregado doméstico.
- (E) durante os primeiros trinta dias de afastamento da atividade por motivo de invalidez, caberá à empresa pagar ao segurado empregado o salário.
80. Renato, empregado da Gráfica Alfa por dois anos, em 26/01/2010 ao manusear uma máquina de corte sofreu fratura na mão esquerda. Após ter sido socorrido na enfermaria da empresa, foi encaminhado a um hospital e ficou afastado por três meses, período em que recebeu prestação previdenciária de auxílio-doença acidentário. Em razão do acidente, houve necessidade de intervenção cirúrgica. Nesta situação, Renato ainda terá direito ao benefício previdenciário de
- (A) aposentadoria especial, em razão do acidente típico de trabalho sofrido.
- (B) auxílio-acidente, se após consolidadas as lesões resultarem sequelas que impliquem em redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.
- (C) aposentadoria por invalidez, caso tenha havido redução parcial da capacidade de trabalho, mas suscetível de reabilitação.
- (D) auxílio-acidente em razão do acidente de trabalho, mesmo que não tenha havido nenhuma sequela.
- (E) pecúlio por acidente típico de trabalho, uma vez que se acidentou no local de trabalho.